

---

NEVES, Clarissa E. B; CORRÊA, Máira B. (Org.). Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: Editora da Universidade, v. 9, 1998. 200 p.

*Thaís Justo Falavigna*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

O uso de métodos e técnicas qualitativas nas Ciências Sociais e sua pertinência na pesquisa social empírica, é o tema deste volume dos Cadernos de Sociologia do Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFRGS. Os artigos publicados foram realizados por alunos de doutorado do próprio programa de pós-graduação da UFRGS e problematizam os métodos e técnicas qualitativos de maior relevância nas Ciências Sociais, como o método comparativo, a análise de conteúdo, a história oral, a entrevista, a análise do discurso e o estudo de caso.

A importância desta discussão, hoje, nas Ciências Sociais, como colocamos Clarissa E. B. Neves é que “não se trata mais apenas de criticar os tradicionais métodos quantitativos, mas também os métodos qualitativos passaram a ser estudados sistematicamente, destacando-se suas especificidades, seus problemas, suas vantagens enfim sua utilização adequada na pesquisa social empírica”.

A discussão do tema é sistematizada pela professora Soraya Cortes que define análise qualitativa de dados e seu uso, exemplificando com as principais técnicas de coleta e análise de dados. Soraya Cortes ressalta, contudo, a necessária interface dos métodos e técnicas qualitativos e quantitativos, uma vez que é o próprio pesquisador que deve produzir os métodos necessários para a realização de seu trabalho, ou seja, deve combinar o uso de diferentes técnicas, sejam quantitativas ou qualitativas, mas que dêem conta de atingirem o objetivo da pesquisa.

Os artigos que seguem tratam mais detalhadamente de cada técnica e método de análise qualitativa.

O uso do método comparativo nas Ciências Sociais é abordado por Sérgio Schneider e Cláudia Schmitt. Os autores ressaltam sua importância

para o processo de construção de conhecimento, já que é a partir do raciocínio comparativo que pode-se perceber regularidades, deslocamentos e transformações, e assim construir-se modelos e tipologias afim de explicitar as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. A impossibilidade de reproduzi-los, em nível de laboratório, faz da comparação um requisito fundamental em termos de objetividade científica.

É necessário ter-se em mente que o método comparativo não se confunde com uma temática de levantamento de dados. Seu uso é enquanto perspectiva de análise social, com uma série de implicações situadas no plano epistemológico. Pode servir a projetos completamente distintos de legitimação do conhecimento nas Ciências Sociais, uma vez que a comparação está sempre implícita ou explícita no processo de conhecimento, pois o analista precisa tornar público “os princípios que orientam a conformação das instâncias empíricas observadas e a generalização dos modelos explicativos utilizados”.

A análise de conteúdo é dissecada por Luiza Helena Pereira, onde define-a não apenas como uma técnica ou um instrumento, mas como um conjunto de instrumentos metodológicos. Luiza Helena apresenta um histórico do uso da análise de conteúdo para que se compreenda sua relação com a pesquisa científica, uma vez que vê como inevitável a correspondência do desenvolvimento da análise de conteúdo com o desenvolvimento de uma pesquisa social.

O objetivo último da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido de qualquer comunicação, sendo, portanto, necessário reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação a algumas características particulares, passíveis de interpretação. A realização de uma descrição sistemática, com objetividade científica, propicia a compreensão qualitativa do conteúdo das mensagens analisadas.

A análise de conteúdo é também um instrumento de ruptura e vigilância epistemológica, pois leva ao rompimento com o senso comum desde o início da pesquisa. No plano da pré-análise serve como um instrumento de construção do objeto, pois permite uma relação incessante entre teoria e técnicas de pesquisa. E, ainda, serve como um instrumento auxiliar na generalização quando se tem uma amostra representativa. Por fim, a autora enfatiza a possibilidade criativa e dialética da análise de conteúdo, pois, de uma forma ou de outra, estamos sempre fazendo uma análise de conteúdo do social.

Dando seguimento à discussão, Marcelo Kunrath Silva realiza uma introdução à história oral. O autor define história oral como um método que

“confere centralidade ao que os agentes sociais comunicam, compreendendo estes elementos como fundamentais para a reconstrução, compreensão e explicação de processos sócio-históricos”. O uso da entrevista em profundidade tanto no método de história oral, história de vida, método biográfico, depoimento e biografia acaba por gerar contraposições e até mesmo equiparações entre eles, e sendo a história oral um método muito complexo e abrangente, torna-se difícil sua definição clara.

Tudo o que pode ser gravado e preservado “oralmente” pode-se considerar história oral, cabendo ao pesquisador articulá-lo com o objeto de estudo construído. Ou seja, “o relato individual não é o objeto mas um instrumento de investigação, o qual tem uma dimensão coletiva”. Assim, a história oral pode ser dividida (de acordo com o objetivo da pesquisa) em história de vida e histórias temáticas. Por se tratar de um método que baseia-se exclusivamente na memória dos indivíduos ressalta-se a importância de uma forte base teórica e uma permanente vigilância epistemológica no decorrer da pesquisa, para que os dados não caiam em uma trivialidade e superficialidade, limitando o trabalho a uma mera transcrição.

A técnica de entrevista é discutida por Silvio Colognese e José Luiz de Mélo, onde é colocada como “um processo de interação social no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. Como já visto, outros métodos utilizam-se desta técnica para a obtenção de informações, como, por exemplo, a história oral. Cabe, portanto, ao pesquisador definir previamente seus informantes e como será realizada a entrevista de acordo com os objetivos da pesquisa. Deve definir também quanto a padronização, quanto a natureza das informações, quanto ao informante, quanto ao nível de controle e elaborar o roteiro de entrevista, sempre de acordo com a problemática que se pretende elucidar e explicar.

Neste processo de interação social, cabe ao pesquisador diferenciar os vieses oriundos do informante, a quebra de espontaneidade, o desejo de agradar o pesquisador, os fatores idiossincráticos, etc., tentando manter a qualidade da pesquisa. As formas de organização e análise das entrevistas devem ser realizados com rigor científico para que não haja perda ou omissão de dados relevantes.

Outro método de grande relevância, mas ainda pouco explorado nas Ciências Sociais, sendo a ciência política a que tem feito maior uso, é a análise do discurso apresentado por Willian Soto. O autor coloca como fator de

maior dificuldade do uso da análise do discurso o fato do pesquisador deparar-se com um mundo não muito conhecido: o mundo da lingüística. E também o fato de que lidar com discurso é lidar com o conceito de ideologia, que deve ser visto como um elemento fundamental nas análises sociais. Portanto, para desvendá-lo é preciso utilizar um arsenal técnico que possibilite analisar um determinado corpo discursivo.

William Soto define o próprio conceito de discurso para explicitar as técnicas de análise do discurso. Coloca o discurso como uma realidade empírica, que remete-nos a um contexto social e histórico, sendo necessário a noção de historicidade do “texto” para sua análise e compreensão. Propõe, para tanto, três conceitos chaves para a compreensão do discurso: a formação discursiva, as condições de produção e o corpo discursivo (este como criação do pesquisador de acordo com o objetivo da pesquisa).

O último método discutido é o estudo de caso, realizado por Mauro Roese. O autor colocada que a larga difusão do uso deste método atualmente deve-se, talvez, a uma reação aos estudos mais macrossociológicos e à redução do orçamento das pesquisas, inviabilizando os grandes projetos.

Estudo de caso é definido como uma técnica que permite que se obtenha, ou que busca, uma grande quantidade de informações de um único caso. Sendo a especificidade de cada caso o elemento fundamental, ou seja, “o estudo de caso nos permite responder como e porque aquelas características específicas que observamos são possíveis, em um quadro teórico mais amplo, como as grandes tendências se manifestam, ou não em realidades sociais concretas”. Contudo, o estudo de caso é limitado e não serve por si só para gerar uma nova teoria social, não impedindo de se ter novas dimensões da realidade e conclusões inovadoras. Deve-se, assim, ter-se em mente que o “estudo de caso é uma técnica de levantamento de dados e não uma solução para problemas teóricos”.

Os textos deste número dos Cadernos de Sociologia, procuram esclarecer mais detalhadamente sobre estes métodos e técnicas muito utilizados nas Ciências Sociais. E mesmo sendo discutidos separadamente, os autores não os colocam em posição de exclusão, pelo contrário, abre-se um leque maior de opções. Cabendo, portanto, ao pesquisador, decidir qual deles será de mais valia para a compreensão do fenômeno a ser estudado.